

RECURSO ESPECIAL Nº 1.683.195 - RO (2017/0161939-4)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A
ADVOGADOS : GUILHERME VILELA DE PAULA - MG069306
MANOEL ONILDO ALVES PINHEIRO - RO000852
ROBERTO VENESIA - MG103541
OTÁVIO VIEIRA TOSTES - MG118304
GERMANA FONSECA CRESPO GARCIA GHISONI -
SC029411B
FABRÍCIO SILVEIRA VOLPATO - SC032938
DIANA VERMÖHLEN - SC019983B
FERNANDO APARECIDO SOLTOVSKI - RO003478
LEANDRO CORREA SOARES - SC023529
RECORRIDO : ANTONIO CARLOS DUARTE ALECRIM
ADVOGADOS : ANTONIO COIMBRA FILHO - AM003252
DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA - AM005819
LUKAS DE OLIVEIRA MARINHO - DF048912

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.** contra acórdão prolatado, por maioria, pela 2ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 626e):

Servidão administrativa. Coeficiente de servidão apurado pelo perito. Manutenção do percentual. Área remanescente. Indenização devida ante a existência de prejuízo decorrente da instituição da servidão. Honorários advocatícios. Observância ao art. 27, §1º, do Decreto-Lei n. 3.365/41. Julgamento na forma do art. 942, do CPC/2015. A jurisprudência desta Câmara, em julgamento qualificado nos moldes do art. 942 do CPC, rejeitando a tese do voto do relator de que o percentual de servidão deva ser fixado entre 10% e 30%, firmou o entendimento de que não há um método padrão a ser utilizado e que não é possível a fixação de um mesmo percentual de coeficiente de servidão para todos os casos de servidão administrativa, devendo prevalecer o método adotado pelo perito, quando utilizado critérios objetivos, e avaliação pormenorizada do impacto que acarretará na propriedade, fixando a justa indenização, nos termos do comando constitucional. Mantém-se o percentual do coeficiente de servidão em 83%, tendo em vista que o perito justificou e apresentou no laudo pericial as razões da sua fixação, não tendo o apelante apontado qualquer erro na sua apuração, razão pela qual este deve prevalecer em relação às críticas

dos assistentes técnicos.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 704/708e).

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 27 do Decreto-Lei n. 3.365/1941 – o valor fixado pela instância de origem referente à servidão administrativa afigura-se desproporcional e não condiz com o percentual aplicado por outros tribunais em casos semelhantes.

Com contrarrazões (fls. 746/756e), o recurso foi admitido (fls. 737e).

O Ministério Público Federal, no parecer de fls. 756e, opina pelo provimento do recurso com o retorno dos autos para aferição do justo valor a ser indenizado com base em outros elementos probatórios.

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

O tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos e na perícia realizada, consignou que o valor de R\$ 1.807.856,53 seria adequado pelo uso da terra do ora recorrido em decorrência da servidão administrativa, nos seguintes termos (fls. 636/637e):

Pois bem. A questão do coeficiente de servidão vem sendo reiteradamente debatida por esta Câmara Cível, considerando o grande

número de processos envolvendo instituição de servidão para instalação de linhas de transmissão.

Considerando-se todos os casos já analisados, tenho defendido que não se pode fixar um percentual para todos os casos. Isso porque a implantação de uma servidão, qualquer que seja o tipo ou a sua localização envolve riscos, incômodos e restrições causados ao imóvel serviente.

No caso específico de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica, por exemplo, embora diminuídos e atenuados pela rigorosa observância das normas de segurança que caracterizam a sua execução, podem ser citados a impossibilidade de edificar sob a faixa de servidão, a proibição de culturas de porte, a proibição de queimadas, interferências em aparelhos receptores e transmissores que estejam instalados na proximidade das linhas, trânsito de pessoas e veículos, etc.

Assim sendo, na servidão, diferentemente da desapropriação, a indenização de fato não corresponderá a 100% do valor do imóvel com suas benfeitorias, sendo, portanto, necessária a apuração deste coeficiente, o qual será utilizado para o cálculo proporcional da indenização, a depender dos prejuízos que a servidão trará à propriedade.

Portanto, tem-se que estabelecer um método padrão a ser utilizado ou fixar um percentual fixo a todas as servidões como entendeu o relator, não é a alternativa mais adequada, pois não indeniza de forma justa os proprietários atingidos por uma expropriação parcial, como determina a Constituição Federal, pois repiso, uma mesma servidão, em uma mesma região, ou em mesma propriedade, pode ensejar prejuízos distintos.

Dessa forma, para a fixação do valor da indenização, a meu sentir, cabe ao perito proceder a análise pormenorizada da propriedade, escolher o método que entende mais adequado, apurar o percentual do coeficiente de servidão de acordo com os fatores analisados pelo método adotado e fixar a indenização no valor que entende justo ao prejuízo que a instituição da servidão acarretará.

In casu, verifica-se que o perito informou a metodologia para Pellegrino¹³ (fl. 350), o qual analisa os seguintes fatores: incômodos, riscos e restrição de uso na propriedade, demonstrando quais os critérios analisados para a apuração do valor total da indenização, conforme se observa às fls. 350-356 dos autos digitais.

Sendo assim, com a devida vênia ao voto do e. relator, entendo que fixar o percentual do coeficiente de servidão em 30% em razão de ter sido este o percentual utilizado em outras servidões na mesma propriedade não se mostra adequado porque quanto maior o número de servidões instituídas na mesma propriedade, maior será os prejuízos causados e, conseqüentemente, o percentual aumentará a cada nova servidão. E, no caso, registre-se que esta é uma das três servidões existentes no imóvel, sendo que no laudo pericial realizado nos Autos n.

0016777-88.2011.822.0001, também referente à propriedade do apelado, o coeficiente de servidão foi fixado em 73%. Embora o relator cite o limite estabelecido pela Tabela de Westin, não foi este o método utilizado pelo perito no caso concreto para apuração do coeficiente, de modo que este não deve servir de parâmetro na fixação do percentual nestes autos.

Ademais, também não entendo adequada a alteração do percentual apurado pelo perito, pois este compareceu in loco à propriedade, verificando os efetivos prejuízos decorrentes da instituição da servidão no imóvel, analisando os efeitos de cada fator objetivamente, possuindo subsídios para a fixação do coeficiente, uma vez que verificou as restrições de uso do imóvel, bem como a posição da linha de transmissão na propriedade.

Nesse prisma, tem-se que a adoção de percentual de até 30% indistintamente, a todos os casos de servidão administrativa também não demonstra o cuidado na apuração do valor da indenização justa como prevê a Constituição Federal.

Por estas razões, com a devida vênia dirijo do relator e voto no sentido de manter o coeficiente de servidão no percentual definido pelo perito de 87%, visto que o fez de forma fundamentada e com base em critérios objetivos do método adotado (destaquei).

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, a redução do coeficiente de servidão para 30%, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM. JUSTA INDENIZAÇÃO. REEXAME DOS CRITÉRIOS CONSTANTES NOS LAUDOS PERICIAIS. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal de origem, com base nos laudos periciais, e em outros elementos probatórios, fixou o valor indenizatório em R\$ 36.516,00 a fim de alcançar o valor da justa indenização. Assim, tem-se que a revisão da conclusão a que chegou o Tribunal a quo sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes dos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 365.954/ES, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES,

PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 26/09/2016).

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. IMPLANTAÇÃO DE LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. APRECIAÇÃO DO LAUDO PERICIAL A CRITÉRIO DO MAGISTRADO. PREVALÊNCIA DO LAUDO OFICIAL. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ADOTADAS NA ORIGEM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. JUROS COMPENSATÓRIOS E MORATÓRIOS. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ.

1. Quanto ao valor da indenização, o Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, concluiu que o laudo pericial não apresenta falhas e que, "até que se prove em contrário, deve ser considerado como meio hábil a proporcionar destreza suficiente para que melhor se julgue o impasse" (fl. 465, e-STJ), motivo pelo qual manteve a sentença no ponto.

2. Infirmar as conclusões do julgado, como ora postulado, demanda o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. O acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento do STJ de que a base de cálculo dos juros compensatórios, nos termos do art.

33, § 2º, do Decreto-Lei 3.365/1941, é a diferença entre 80% do valor inicialmente depositado e a indenização judicialmente fixada.

4. Consoante a jurisprudência do STJ, "nos casos em que a ação de desapropriação for proposta por pessoa jurídica de direito privado, não se aplica o regime do art. 15-B do Decreto-Lei 3.365/1941 quanto ao termo inicial dos juros moratórios, visto que não submetem as suas dívidas ao sistema de precatórios. Em tais casos, os juros são devidos a contar do trânsito em julgado. Aplicabilidade da Súmula 70/STJ" (AREsp 1.230.018/GO, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 16.4.2018).

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1.742.915/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/09/2018, DJe 27/11/2018).

Por derradeiro, o Recurso Especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, pois a parte recorrente deixou de proceder ao cotejo analítico entre os arestos confrontados, com o escopo de demonstrar que partiram de situações fático-jurídicas idênticas e adotaram conclusões discrepantes.

Cumprе ressaltar, ainda, que o Recorrente deve transcrever os trechos dos

acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias dos casos confrontados, sendo insuficiente, para tanto, a mera transcrição de ementas.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM VIRTUDE DE PROPOSITURA DE DEMANDA JUDICIAL PELO DEVEDOR NA QUAL O DÉBITO É IMPUGNADO. ALEGADA AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO. RECURSO ANCORADO NA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SOBRE O QUAL SUPOSTAMENTE RECAI A CONTROVÉRSIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

3. Além do que, para se comprovar a divergência, não basta a mera transcrição de ementas, é indispensável o cotejo analítico entre os julgados, de modo que ressaia a identidade ou similitude fática entre os acórdãos paradigma e recorrido, bem como teses jurídicas contrastantes, a demonstrar a alegada interpretação oposta.

4. Agravo Regimental do IRGA desprovido.

(AgRg no REsp 1.355.908/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 15/08/2014).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. DECADÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DEVOLUÇÃO DE VALORES E PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI SUPOSTAMENTE VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. CONDIÇÃO DE DEPENDENTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

4. O conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do art. 105, III, da CF/1988 requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas ou votos (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255,

§ 2º, do RISTJ). A não observância a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do recurso especial.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.420.639/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 02/04/2014).

No que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos Enunciados Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais em favor do patrono da parte recorrida está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou de improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais, deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10 do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Superior Tribunal de Justiça

In casu, impossibilitada a majoração de honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, porquanto não houve anterior fixação de verba honorária.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora